

JORNAL DO PROCURADOR



PUBLICAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO DOS PROCURADORES DO ESTADO DE SÃO PAULO | OUT/DEZ 2010 | EDIÇÃO 50

Ondas do Rádio:

Minuto Apesp divulga atuação
dos procuradores de SP

Novo CPC:

Mobilização reverte dispositivo danoso
à advocacia pública | página 5

Cultura:

Visitas monitoradas têm ótima aceitação
entre os associados | página 11

Carreira de apoio:

Apesp inicia mobilização
na Assembleia Legislativa | página 9

Confraternização

Banda "Paralamas do Sucesso" anima
festa de final de ano | página 6

Marcas do que se foi Sonhos que vamos ter

O fim de um ano é sempre tempo de balanço, de avaliação do que fizemos de nossos compromissos, de nossos propósitos, de nossas vidas.

No caso da Apesp uma retrospectiva fundada impõe o cotejo entre as propostas de campanha e as ações desenvolvidas pela diretoria eleita.

Olhando para trás e antes mesmo de iniciar uma análise mais aprofundada, a sensação que temos é de que trabalhamos muito e de que demos nosso melhor.

No programa de campanha defendemos a importância da Apesp ter uma diretoria independente de governos e gabinetes, bem como atuante na defesa dos legítimos anseios da carreira. A partir dessas premissas comprometemo-nos:

- com a luta em prol dos avanços institucionais, inclusive a busca pela autonomia das Procuradorias, a eleição e mandato para o cargo de Procurador Geral do Estado;

- com a luta pela paridade remuneratória, sem renunciar ao dinâmico e auto-sustentável regime de remuneração a partir da VH(inclusive de seu triplicke);

- a agir com celeridade contra qualquer medida que ameace nossa remuneração ou que pretenda transferir a terceiros atribuições próprias e exclusivas da carreira;

- a empreender ações para divulgar à sociedade o que representa o Procurador enquanto garante da legalidade;

- a promover uma gestão transparente financeira e politicamente, com ampliação da participação dos associados por meio eletrônico;

- a pensar antecipadamente as consequências das alterações legais, criando para tanto núcleos de estudo para analisar projetos como os da execução fiscal, CPC, Juizados Especiais da Fazenda Pública, entre outros;

- a exigir condições dignas de trabalho, denunciando a falta de quadro de apoio e buscando sua implementação;

- a lutar pela posse rápida dos aprovados no último concurso e pela realização de novo concurso para o próximo ano;

- a lutar por maior transparência na elaboração do orçamento da PGE, a fim de garantir melhores condições de trabalho aos Procuradores;

- a defender a observância dos critérios legais nos concursos de remoção e na escolha das vagas nas unidades, bem como a agir prontamente caso haja inobservância dessas regras;

- a ampliar a articulação parlamentar para defesa das diversas propostas de interesse da Advocacia Pública que tramitam no Congresso Nacional e da PGE que tramitam na Alesp, criando um Boletim Legal para veiculação das informações;

- a desenvolver parceria com as associações de Procuradores dos demais Estados e da União, e participando da Anape.

- a realizar eleições para representante da Apesp em todas as unidades especializadas da Capital, nas Regionais e Brasília;

- a proporcionar aos associados maiores informações acerca das ações judiciais de interesse coletivo;

- a ampliar a prestação de serviços para os associados;

- a ampliar as atividades de entretenimento e lazer destinadas aos associados;

- a promover grandes festas e confraternizações.



DIRETORIA GESTÃO 2010/2012

PRESIDENTE

Márcia M. Barreta Fernandes Semer

VICE-PRESIDENTE

Zelmo Denari

SECRETÁRIA-GERAL

Shirley Sanchez Tomé

DIRETORA FINANCEIRA

Cristina de Freitas Cirenza

DIRETORA SOCIAL E CULTURAL

Márcia Junqueira Sallowicz Zanotti

DIRETORA DE PREVIDÊNCIA E CONVÊNIOS

Ana Maria Bueno Piraino

DIRETOR DE PATRIMÔNIO

José Carlos Cabral Granado

DIRETOR DE COMUNICAÇÃO

Daniel Carmelo Pagliusi Rodrigues

DIRETOR DE ASSUNTOS PARLAMENTARES

Thiago Luís Sombra

CONSELHO ASSESSOR

José Damião de Lima Trindade

José do Carmo Mendes Junior

Maria Christina Tibiriçá Bahbouth

Maria Clara Gozzoli

Mary Chekmenian

Sebastião Vilela Staut Jr

CONSELHO FISCAL

Caio Augusto Limongi Gasparini

Caio César Guzzardi Silva

Norberto Oya

EDIÇÃO E REDAÇÃO DE TEXTOS

Cristiano Tsonis

(jornalista responsável - MTB 30.748)

Tsonis Comunicação e Consultoria Ltda

FOTOS

J. Ohanes, Ricardo Lucas e Cristiano Tsonis

ILUSTRAÇÕES

Osiris Santos Jr.

CAPA

Fabio Mariano

a partir de foto de Gilberto Tomé

REVISÃO

Francisca Evrard

PROJETO GRÁFICO E EDITORAÇÃO

www.fontedesign.com.br

TIRAGEM

2.500 exemplares

Acesse a versão *on-line* do JORNAL DO PROCURADOR no site <www.apesp.org.br> Publicação periódica distribuída gratuitamente pela APESP.

Reler esses compromissos dá a exata dimensão da empreitada assumida.

Reler esses compromissos dá a satisfação de constatar a adequada correspondência entre nossas palavras e nossa ação.

E comecemos pelas festas!

Neste ano a diretoria cultural da Apesp realizou festas memoráveis de posse da nova diretoria da entidade no Buffet França, de celebração ao ingresso dos novos Procuradores no Centro Sócio-Cultural (Espaço Apesp), de final de ano no Leopoldo, com show da banda Paralamas do Sucesso.

Promoveu dois encontros no interior (Itu com festa junina e Araçatuba), coquetéis de lançamento de livros de colegas, happy hours, homenagem aos primeiros conselheiros eleitos, passeios culturais, cursos de vinho, cinema e literatura, festa do dia das crianças. Possibilitou, ainda, as atividades com os colegas do interior e Brasília, cujos representantes organizaram happy hours para recepção dos novos procuradores e jantares ou almoços de encerramento de ano, tudo com o fim de proporcionar oportunidades agradáveis de conagração entre os associados e de ampliar a união entre os Procuradores.

A diretoria de previdência e convênios, na mesma toada, ampliou os convênios existentes, firmando inclusive parceria com a Associação dos Magistrados (Apamagis). Outrossim, ofereceu aos associados relevantes informações sobre o tema da previdência complementar, realizando atividade na sede da Apesp para apresentação da Jusprev.

No aspecto financeiro, a diretoria de finanças inovou contratando auditoria externa especializada em entidades de classe para análise trimestral de nossas contas e orientação organizacional de nossos recursos. Trata-se de trabalho técnico que além de auxiliar as decisões da diretoria, confere ao Conselho Fiscal melhores elementos de análise das decisões adotadas. Promoveu, também, o saneamento de pendências existentes e colaborou decisivamente para a dinamização gerencial do centro sócio-cultural (Espaço Apesp).

A diretoria de comunicação, a seu tempo, trabalhou muito e eficientemente. Todos os canais de comunicação entre a diretoria e carreira foram ampliados. Foram criados os boletins eletrônicos “Acontece na Apesp” (com informes diários) e “Apesp no Legislativo” (com informes semanais); mantido o “Infojur” (também diário); alterações

gráficas e de conteúdo no Jornal do Procurador ocorreram; realizaram-se as eleições eletrônicas para representantes das unidades da PGE na Apesp, assim como enquetes no site da Apesp; a Apesp promoveu campanha inédita sobre o papel do Procurador do Estado na rádio CBN; foi desenvolvido novo site com maior conteúdo para atender tanto aos associados quanto à sociedade, convidada a entrar em nosso site no Minuto Apesp divulgado na rádio.

Os assuntos parlamentares nunca foram acompanhados tão de perto e com a disponibilização de tanta informação para os associados. Com efeito, a diretoria parlamentar atuante e capitaneada por colega sediado em Brasília constituiu um salto de qualidade na participação da Apesp nas questões legislativas no Congresso. Agindo tanto em assuntos corporativos, quanto institucionais e nacionais, a diretoria parlamentar ativa permite que efetivamente possamos influir no mundo das leis. Exemplo inequívoco disso tivemos no recente episódio envolvendo o projeto de CPC e seu relator, o Senador Valter Pereira, cujo relatório excluía a possibilidade de pagamento da verba honorária como remuneração. Foi a ação diligente do diretor de assuntos parlamentares, informando-me na primeira hora acerca desse conteúdo do relatório do Senador que permitiu meu contato com o parlamentar e o agendamento de reunião que acabou por mobilizar toda a Advocacia Pública do país (Anape, Presidentes de Associações de diversos estados, Presidente Nacional dos Procuradores dos Municípios, AGU, Fórum da Advocacia Pública, Sinprofaz), em encontro que congregou cerca de cinquenta advogados públicos, além de contato com o Vice-presidente Michel Temer que também falou com o Senador.

Na Alesp a atuação da diretoria da Apesp foi marcante e cotidiana, com contato direto com o Presidente e diversos parlamentares. Sempre acompanhada da Secretária Geral, além de outros diretores em momentos especiais, atuamos firmemente para aprovação da legislação para melhoria remuneratória, para nomeação de todos os aprovados no concurso de ingresso, bem como para rejeição de projeto de lei do Tribunal de Justiça para criação de cargo de advogado em seus quadros, e, mais recentemente, para aprovação de orçamento que permita à PGE fazer concurso para servidores e criar carreira de apoio.

Ao trabalho de articulação externa, somou-se a atuação vigilante na defesa dos assuntos internos e das prerrogativas dos Procuradores. Foi assim que insurgimos-nos contra a realização das permutas simuladas e que nos posicionamos contra a quebra da regra da antiguidade para a escolha de vagas na carreira, assuntos que hoje, frustrados os caminhos do respeito dentro da instituição, encontram-se sub judice, aguardando melhor compreensão. Foi assim também, que desde o primeiro dia questionamos e pressionamos contra a cobrança dos débitos de pequeno valor, fazendo ecoar a voz dos colegas que atuam no contencioso tributário. Foi assim que a Apesp criou a Comissão de Prerrogativas, coordenada por seu diretor de patrimônio. Foi assim, ainda, que percorremos as unidades da capital e do interior, ouvindo os colegas e, agora, realizamos o trabalho de alerta da instituição e da sociedade política e civil para a situação de colapso da PGE no que toca ao suporte administrativo de servidores. Falamos desse tema em programa gravado na TV Alesp, na TV OAB, na TV CNT (Programa Sala Vip), entregamos documento a todos os líderes da Alesp sobre o tema e buscaremos o novo Procurador Geral e o Governador para viabilizar melhores condições de trabalho aos Procuradores e uma advocacia pública mais eficiente ao povo de São Paulo.

Finalmente, embora muito ainda pudesse acrescentar, também pugnamos pela autonomia das procuradorias em todas as oportunidades que tivemos, inclusive em artigo que fizemos publicar na Folha de S. Paulo sobre a reforma do CPC e realizamos enquete sobre a forma de escolha do Procurador Geral do Estado, cujo resultado vencedor, favorável à eleição do PGE a partir de lista tripartite será encaminhado ao Sr. Governador e é tema que também temos explorado em todas as oportunidades de manifestação pública que temos tido.

Colegas, essa é a retrospectiva do passado. Muito foi feito, mas muito há a fazer. Assim, felizmente temos o futuro que, garanto-lhes, pode nos esperar cheios de sonhos, energia e vontade de lutar pela construção de uma Apesp, de uma PGE e de um mundo melhor, muito melhor.

Boas festas e um ótimo 2011 a todos.

Márcia Semer é presidente da Apesp

Minuto Apesp: Rádio CBN divulga atuação dos procuradores de SP

A Associação dos Procuradores do Estado de São Paulo (Apep) iniciou um projeto inédito de divulgação do trabalho dos procuradores paulistas e da importância da PGE SP para a defesa do interesse público: o “Minuto Apesp”. Entre 26/10 e 17/12, a Rádio CBN veiculou vinhetas publicitárias detalhando as áreas de atuação da carreira e as importantes vitórias obtidas para o Estado de São Paulo. Em um primeiro momento, foram ao todo 67 inserções transmitidas – de segunda a sexta – em dois períodos: entre 12h e 14h, durante o programa “CBN Brasil”, com apresentação de Carlos Sardenberg; e entre 17h e 19h, durante o programa “Jornal da CBN 2ª Edição”, com apresentação de Roberto Nonato. “A intenção foi explicar, com uma linguagem acessível e direta, de que forma a nossa atuação gera benefícios diretos ao povo paulista. O advogado público é o garante da legalidade, sendo importante que a população conheça o seu papel. O procurador ainda defende o patrimônio que é de todos nós”, afirma Márcia Semer, presidente da Apep. Com uma abrangência de 39 municípios na Grande São Paulo (19, 9 milhões de habitantes), 43 municípios na Região de Campinas (4, 7 milhões de habitantes) e 7 municípios na Região de Mogi Mirim (400 mil habitantes), a Rádio CBN detém a maior audiência no segmento de notícias (Fonte: Ibope).

“MINUTO APESP” ESTÁ DISPONÍVEL NO SITE WWW.APESP.ORG.BR. ACESSE!

A íntegra do texto e o áudio das vinhetas do “Minuto Apesp” – veiculadas pela Rádio CBN – estão disponíveis no site www.apesp.org.br. A entrada está localizada no menu esquerdo da *home page* (abaixo do item “votação eletrônica”).

Depoimentos

O Jornal do Procurador colheu depoimentos de lideranças da sociedade civil e colegas procuradores acerca da importância de divulgar a atuação da advocacia pública.

“Cumprimento os diretores da Apep pela excelente iniciativa de divulgar a importância da advocacia pública do Estado de São Paulo para a orientação dos administradores no cumprimento da lei e na defesa dos interesses indisponíveis do Estado. A advocacia do Estado constitui um dos ramos da advocacia e, como tal, recebe da Ordem dos Advogados do Brasil o apoio necessário para assegurar aos procuradores públicos o exercício independente de suas funções, usufruindo da garantia plena das prerrogativas inerentes à advocacia, como atividade indispensável à administração da Justiça. Parabéns à APESP e aos procuradores do Estado de São Paulo pelos inestimáveis serviços prestados à sociedade paulista e brasileira.” – **Jorge Eluf Neto é procurador do Estado e conselheiro presidente da Comissão do Advogado Público da OAB/SP.**

“A PGE tem uma função constitucional de extraordinária relevância no Estado de Direito. A defesa da legalidade, da moralidade administrativa, do erário, por exemplo, são tarefas que ela desempenha silenciosamente, no interior da Administração. É preciso que a sociedade saiba disso para o fortalecimento da

nossa Instituição. Esta foi a primeira iniciativa gênero. Parabéns à Apep.” – **Márcio Sotelo Felipe é procurador do Estado e ex-procurador geral do Estado de São Paulo.**

“A maior responsabilidade da Advocacia Pública é sustentar legalmente a implementação das políticas públicas, como a construção de um hospital, de uma estrada, de uma escola ou a defesa de programas sociais de distribuição de renda, entre outras políticas de Estado.” – **Luís Carlos Palacios é diretor geral da UNAFE.**

“A iniciativa da Apep é de suma importância porque dá publicidade ao trabalho fundamental desenvolvido pelo advogado público, em grande parte desconhecido da sociedade brasileira. É o advogado público quem tem a missão de zelar pelo interesse da coletividade, defendendo as balizas éticas e morais da Administração pública.” – **Luiz Flávio Borges D’Urso, presidente da OAB SP.**

“Quanto mais informações a sociedade tiver, mais ela conhecerá o trabalho que é desenvolvido pelo Estado, no caso os procuradores, em favor das demandas que são do interesse do cidadão. A advocacia pública como advocacia de Estado tem um papel fundamental na defesa dos interesses da cidadania. Por isso é de se louvar a atitude da Apep no sentido de dar conhecimento às ações dos procuradores do Estado.” – **Ophir Cavalcante, presidente do Conselho Federal da OAB.**

“A iniciativa é importante no sentido de dar visibilidade à sociedade do fundamental papel da Advocacia Pública em defesa do interesse coletivo. A Apep está de parabéns.” – **Juliano Dossena é presidente da Anape.**

CONHEÇA A ÍNTEGRA DAS VINHETAS:

- Os procuradores do estado são advogados públicos, selecionados através de um dos mais rigorosos concursos públicos do país. São autoridades que defendem juridicamente os interesses do Estado de São Paulo. Não é um cargo político. É uma função muito importante para que o governo funcione dentro da lei.
- O procurador do estado é o agente público responsável pelo controle da legalidade na Administração paulista. Analisa juridicamente os atos dos governantes de todos os escalões, seja governador, secretários ou funcionários públicos estaduais, mediante a emissão de pareceres.
- O procurador do estado é uma autoridade que defende os interesses do Estado de São Paulo em juízo, ou administrativamente. Dentre as funções do procurador estão: orientar o governo para atuar na legalidade, viabilizar a implantação de políticas públicas, defender o Estado judicialmente e ajuizar ações para garantia dos direitos do Estado.
- O procurador do estado tem por atribuição o trabalho de recuperar os tributos não pagos ao Estado de São Paulo. Essa atividade garante que existam recursos financeiros para os programas de saúde, educação, segurança pública, e todos os outros serviços assegurados ao cidadão paulista.
- Os procuradores do estado são advogados públicos. Defensores em juízo dos interesses do Estado de São Paulo. São também os responsáveis pelo controle da legalidade dos atos dos administradores públicos. É pela atuação vigilante dos procuradores do estado que a sonegação fiscal é combatida.

Novo CPC: mobilização reverte dispositivo danoso à advocacia pública



O senador Valter Pereira (PMDB/MS), relator geral do PLS n. 166/2010 (anteprojeto do novo CPC), recebeu no dia 30/11, em seu gabinete, representantes da Advocacia Pública – das esferas federal, estadual e municipal –, que pleiteavam a supressão do artigo 105, § 2º, do PLS, que previa a destinação dos valores recebidos a título de verba honorária exclusivamente para aparelhamento do órgão e capacitação dos membros. A reunião com o senador, que congregou toda a advocacia pública, foi agendada pela Apesp. A comitiva – com cerca de 40

membros – obteve êxito na mobilização. Convencido dos argumentos expostos, o senador sul-mato-grossense comprometeu-se a propor para a Comissão Especial que analisa a matéria que o dispositivo fosse retirado do texto final. Com o mesmo propósito, o senador Acyr Gurgacz (PDT/RO) – a pedido dos procuradores de Rondônia – apresentou uma emenda supressiva. Em sessão acompanhada pela Apesp, o relatório final foi aprovado em 01/12.

A presidente da Apesp, Márcia Semer, expôs ao senador que desde 1974 a sistemática remuneratória dos procuradores paulistas está atrelada ao pagamento da verba honorária, em uma relação que atualmente atinge 70% de VH e 30% de parte fixa. Reforçou que mesmo com o pagamento da VH todos os procuradores de São Paulo estão no teto constitucional. Ademais, a retirada do rateio dos honorários de sucumbência da composição dos vencimentos prejudicaria cerca de 1.500 colegas – ativos e inativos. Semer defendeu ainda a paridade entre as carreiras essenciais à Justiça. “A advocacia pública integra o quadripé das carreiras essenciais à Justiça, mas infelizmente estamos aquém institucionalmente. A advocacia pública é a garante da legalidade e precisa ser plenamente reconhecida pelo Executivo e Legislativo”. A Associação foi representada também por Shirley Tomé, secretária-geral, e Thiago Sombra, diretor de assuntos parlamentares. Para dimensionar a amplitude da proposta, o presidente da Anape, Juliano Dossena, traçou um panorama nacional: 3 mil procuradores de 19 Estados da Federação, que recebem honorários advocatícios, seriam afetados.

O senador Valter Pereira explicou ter incluído o dispositivo para acolher um pleito dos advogados públicos federais, que não recebem verba honorária e pretendiam que o montante ao menos fosse destinado à capacitação e estruturação da Instituição. No entanto, não havia mensurado que a proposta traria tamanho prejuízo para outra grande parte dos advogados públicos. Pereira relatou que manteve uma conversa com o advogado-geral da União, Luís Inácio Adams, que também se mostrou favorável à retirada do artigo. Além disso, informou ter recebido um telefonema do vice-presidente da República eleito, Michel Temer, que fez um apelo para que o pleito dos procuradores fosse acolhido.

UNIÃO DA ADVOCACIA PÚBLICA

Logo que tomaram conhecimento do inteiro teor do relatório do senador Valter Pereira, Anape e Apesp atuaram no sentido de mobilizar os advogados públicos. A iniciativa foi profícua: estiveram presentes na audiência procuradores dos Estados do Espírito Santo, Mato Grosso do Sul, Alagoas, Pará, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Goiás e Paraná. Ademais, os procuradores municipais foram representados por Evandro de Castro Bastos, presidente da ANPM, e os procuradores federais por Jorge Messias, secretário-geral do Fórum Nacional da Advocacia Pública. O procurador geral do Estado de São Paulo, Marcos Nusdeo foi representado por Eduardo José Fagundes, subprocurador do Contencioso Tributário Fiscal.

* até o fechamento dessa edição, o PLS 166/2010 ainda não tinha sido apreciado no plenário do Senado Federal

HOMENAGEM

“A palavra é de prata; o silêncio é de ouro!” (*)

Mario era calado. Muitas vezes retraído. Mas o seu enorme coração, sempre o colocava à disposição dos amigos. Em seu relógio, os ponteiros pareciam mais lentos. Mas ao final de um dia de trabalho, cumpriam todo o seu ciclo.

Podíamos respirar aliviados! A missão estava cumprida. Foi nesse ritmo por anos. Tudo passava por suas mãos: “Infojur”, “Acontece na Apesp”, “Notícias do Conselho”, “Apesp em Movimento” etc.

Ironicamente, o calado homem era o responsável por viabilizar as informações enviadas aos associados.

Prematuramente, Mario partiu em novembro último, aos 33 anos. Deixou uma linda família, que certamente sempre o terá na lembrança. Da mesma forma, será inesquecível para amigos e colegas de trabalho. O vazio permanecerá, mas o reconfortante é que sua alma só encontrou paz e amor.



Mario Sérgio Martins
(13/03/1977 a 29/11/2010)
foi funcionário da Apesp
entre 2002 e 2010.

(*) provérbio chinês



Banda "Paralamas do Sucesso" anima festa de final de ano

A festa de final de ano da Apesp foi um sucesso. Cerca de 900 participantes – entre procuradores do Estado, familiares, convidados e autoridades – prestigiaram o evento, que foi realizado no Buffet Leopoldo, no dia 10/12. A presidente da Apesp, Márcia Semer, saudou os presentes com a leitura do poema “É Proibido”,

do chileno Pablo Neruda: “É proibido chorar sem aprender. Levantar-se um dia sem saber o que fazer. Ter medo de suas lembranças. // É proibido não rir dos problemas não lutar pelo que se quer. Abandonar tudo por medo. // (...) Ter medo da vida e de seus compromissos. Não viver cada dia como se fosse um último

suspiro. É proibido sentir saudades de alguém sem se alegrar (...)”. Por fim, acrescentou: “Esse poema serve para que pensemos a nossa vida e para termos certeza de que estamos buscando o melhor. A diretoria da Associação tem dado o seu melhor para que o mundo seja um mundo de iguais”.



*“Por que você não
olha para mim? Por
trás dessa lente
também bate um
coração.”*

A animação ficou por conta do show da banda “Paralamas do Sucesso”. Herbert Vianna, Bi Ribeiro e João Barone mesclaram antigos sucessos – tais como “Eu uso óculos”, “A novidade” e “Meu Erro” – com músicas do novo repertório – “A Lhe esperar” e “Meu Sonho”. O resultado foi exatamente o esperado: a platéia cantou e dançou com um dos maiores símbolos do rock nacional.



Apesp homenageia primeiros conselheiros eleitos

O Conselho da PGE é o único órgão superior da Instituição que tem integrantes eleitos diretamente pela carreira. Em reconhecimento à importância desse Colegiado, a Apesp promoveu, em 24/11, um *happy hour* em homenagem aos primeiros conselheiros eleitos (biênio 87/88). “A diretoria da Associação está muito orgulhosa de poder prestigiar colegas que tanto contribuíram para o debate democrático em nossa carreira”, destacou a presidente Márcia Semer, em sessão que congregou mais de 90 colegas. O ex-procurador geral do Estado, Feres Sabino, que deu posse aos primeiros conselheiros eleitos, ressaltou que em 1986 o país rumava a passos largos para a democratização e o Governador de São Paulo, Franco Montoro, era um entusiasta da democracia participativa. Dessa forma, a LC n. 478 pôde ser aprovada de forma célere. Representando seu pai, Sylvio Francisco Antunes, que compunha o órgão no cargo de corregedor geral, o ex-presidente da Apesp, Vitorino Francisco Antunes Neto, lembrou que “a composição do Conselho, com um número maior de membros eleitos do que natos, causava inveja nos integrantes de outras carreiras jurídicas”. Hermes Rubens Siviero, representante da área da Consultoria, recorda que a campanha eleitoral foi muito democrática, mas também acirrada. “Foi uma disputa palmo a palmo. Eu ganhei a vaga por 5 votos”. Para Hermes, a democratização do Conselho representou muito para a carreira. “Chegaremos, um dia quem sabe, até a eleição do procurador geral do Estado em lista triplíce”. Ruben Fucs, representante dos órgãos complementares, conta que foi uma campanha muito árida e polêmica, com manifestações muito combativas. “Sempre tive uma postura independente”. Pedro Ivo Del Masso, representante da área do Contencioso, tem uma dupla satisfação por ter participado diretamente da Comissão que redigiu a Lei n. 478/86 e do 1º Conselho eleito. Pedro Armando Egydio de Carvalho, representante da área da Assistência Judiciária, observou que “o primeiro Conselho eleito, por sua variedade e competência, pôde colaborar para a formação de um Estado de Direito voltado para os Direitos da Pessoa Humana”. Para Silvio de Melo, representante do nível V, a homenagem prestada aos primeiros conselheiros é importante, pois traz reconheci-



mento para aqueles que abriram o caminho “para a concretização de uma carreira que hoje é muito respeitada”. Segundo José Carlos Astolfi, representante do nível IV, a “luta para que a PGE contasse com representante eleitos foi muito grande”. Rosoléa Miranda Folgosi, representante do nível II, que concorreu em seu nível com 4 candidatos, recorda que a campanha foi disputadíssima. “Foi necessária até a realização de um debate”.

PRIMEIROS CONSELHEIROS ELEITOS:

- Ruben Fucs – Órgãos complementares
- Pedro Ivo Del Masso – Área do Contencioso
- Hermes Rubens Siviero – Área da Consultoria
- Pedro Armando Egydio de Carvalho – Área da Assistência Judiciária
- Regina Helena Costa – Nível I
- Rosoléa Miranda Folgosi – Nível II
- Rubens Salim Dib – Nível III
- José Oscar Astolfi – Nível IV
- Silvio de Melo – Nível V

Biênio 2009/2010

A atual gestão do Conselho da PGE encerra o mandato no final de dezembro. Em depoimentos enviados ao Jornal do Procurador, os conselheiros eleitos destacaram o papel do Colegiado como um fórum das discussões fundamentais para a Instituição. Ademais, por ser o órgão superior mais democrático da carreira, salientaram a missão de repercutir a voz da carreira. Da esq. para a dir.: José Renato Pires, conselheiro representante do nível V; Cristina Mastrobuono, conselheira representante da área da Consultoria; Fernando Franco, conselheiro representante do nível III; Clayton Eduardo Prado, conselheiro representante da área do Contencioso Tributário Fiscal; Daniel Smolentzov, conselheiro representante do nível II; Rosina Stern, Subprocuradora da Consultoria; Ary Porto, Subprocurador do Contencioso Geral; Marcos Nusdeo, procurador-geral; José Luiz Borges, corregedor-geral; Eduardo Fagundes, Subprocurador do Contencioso Tributário Fiscal; Marcos Mordini, conselheiro representante dos Órgãos Complementares; Antonio Bennini é conselheiro representante do nível I; Marcelo de Carvalho, conselheiro representante da área do Contencioso Geral; Rogério Pereira da Silva, conselheiro representante do nível IV.



Carreira de apoio: Apesp inicia mobilização na Assembleia Legislativa

A Apesp deu início a uma mobilização na Alesp com o propósito de pleitear o encaminhamento de um projeto de lei para criação de uma carreira de apoio aos procuradores. Nesse sentido, a diretoria elaborou um documento para ser entregue aos deputados e lideranças partidárias, que evidencia a situação de colapso do suporte administrativo presente nas Unidades da PGE no que se refere ao quadro de servidores. Conheça alguns excertos:

“Inicialmente, cumpre pontuar que a Procuradoria Geral do Estado é instituição que integra o quadripé de carreiras jurídicas estatais, sendo, juntamente com o Ministério Público e com a Defensoria Pública, constitucionalmente considerada função essencial à Justiça.(CF, art. 127 e seguintes)

Por sua vez, no âmbito estadual, a Constituição do Estado de São Paulo, mediante a alteração promovida nos artigos 98 e 99 pela Emenda Constitucional Estadual n.19, de 14 de abril de 2004, assentou que:

“Artigo 98 - A Procuradoria Geral do Estado é instituição de natureza permanente, essencial à administração da justiça e à Administração Pública Estadual, vinculada diretamente ao Governador, responsável pela advocacia do Estado, sendo orientada pelos princípios da legalidade e da indisponibilidade do interesse público.” (NR);

Com referido dispositivo, o Constituinte Bandeirante almejou, por meio da criação de um único órgão jurídico, centralizar a representação processual e extraprocessual de todos os órgãos do Estado de São Paulo, admitidas tão somente as exceções expressamente ressalvadas no texto da Carta Constitucional, a saber, artigos 30 e 99 I, este último na redação dada pela Emenda Constitucional Estadual n. 19, de 14 de abril de 2004.

Na fixação das competências da Procuradoria Geral do Estado, a Constituição de 1989 dispõe:

“Artigo 99 - São funções institucionais da Procuradoria Geral do Estado:

I - representar judicial e extrajudicialmente o Estado e suas autarquias, inclusive as de regime especial, exceto as universidades públicas estaduais;” (NR); (...)

(...) Para fazer frente a todo o trabalho de defesa do Estado de São Paulo e suas autarquias em juízo, bem como para prestar orientação jurídica a todos os atos e negócios da Administração, o Estado de São Paulo conta com cerca de 960 (novecentos e sessenta) Procuradores do Estado na ativa, distribuídos em doze regiões

administrativas, unidades especializadas na Capital e escritório em Brasília para defesa do Estado nos Tribunais Superiores.

Centenas de milhares de ações judiciais movidas contra o Estado de São Paulo e ajuizadas pelo nosso Estado são de responsabilidade dos Procuradores do Estado. Isto sem falar no trabalho cotidiano de emissão de pareceres jurídicos e assessoramento de toda a Administração Pública na realização de seus atos, contratos e demais negócios jurídicos.

Tarefa de tamanha envergadura exige condições adequadas de trabalho, infra-estrutura básica de apoio, suporte administrativo compatível com a responsabilidade da atribuição constitucionalmente dada.

Ocorre, Sr. Deputado, que a PGE de São Paulo está à beira do colapso no que se refere a suporte humano para todos os trabalhos de apoio indispensáveis a qualquer advogado.

Nos meses de agosto e setembro a diretoria da Apesp visitou diversas unidades da capital e do interior, realizou reunião com os representantes das diferentes unidades da PGE e, ainda, realizou encontro sediado em Araçatuba, tudo com a finalidade de traçar um panorama acerca das necessidades existentes.

O resultado dessa peregrinação foi a constatação do colapso acima referido.

Nossos servidores administrativos não são apenas em número insuficiente, mas estão, em diversos setores, à beira da aposentadoria.

Em diversas unidades da PGE/SP 70% dos poucos servidores existentes já podem se aposentar; nas demais o reduzido quadro de servidores caminha para a mesma situação.

Há unidades sem um único engenheiro para orientar os Procuradores quanto a aspectos técnicos de ações imobiliárias e nas demais o número desses profissionais é absolutamente insuficiente para as necessidades do órgão. O setor de engenharia da PGE está sucateado.

A Procuradoria do Estado de São Paulo não tem quadro de contadores, sendo que a Instituição mantém relação de profissionais credenciados pagos por tarefa, havendo relatos de grande dificuldade para o recrutamento de bons profissionais entre os credenciados, em razão do baixo valor que a PGE paga pelos serviços de conferência de cálculos processuais.

Não há, outrossim, carros, nem motoristas para transporte dos Procuradores para as audiências, sejam as que ocorrem na Capital e sede das regionais, seja as que têm lugar nas comarcas mais distantes e longínquas do Estado, o que obriga os Procuradores a se

deslocarem em veículo próprio e sem qualquer reembolso das despesas realizadas (gasolina, pedágio, etc).

Por fim, o baixo valor da bolsa paga aos estagiários da PGE tem dificultado, quando não impossibilitado, o recrutamento de estagiários, merecendo registro que hoje a Procuradoria do Estado de São Paulo em Brasília não conta com nenhum estagiário à disposição dos Procuradores que lá atuam.

Sr. Deputado, a Procuradoria Geral do Estado de São Paulo há 25 anos não realiza um único concurso de ingresso para servidores administrativos em seus quadros. E não conta até hoje com carreira de apoio.

Está nas mãos da Procuradoria do Estado de São Paulo a defesa de todo o patrimônio público e o controle interno da legalidade na Administração. Propiciar-lhe condições mínimas de trabalho é dever do Estado, consectário da atribuição constitucionalmente conferida ao órgão.

O aparelhamento condigno da advocacia pública e mais especificamente da Procuradoria Geral do Estado dá a medida do comprometimento do governante com o controle interno da legalidade e com a defesa do patrimônio público.

Está na Assembléia Legislativa o projeto de lei orçamentária para o ano de 2011. Sr. Deputado, solicitamos sua atenção para a situação e a causa do necessário e urgente equacionamento da questão do suporte administrativo da Procuradoria Geral do Estado.

Os Procuradores do Estado de São Paulo são profissionais altamente qualificados, aprovados em um dos mais rigorosos concursos públicos do País, realizam um trabalho que conta com o reconhecimento de toda comunidade jurídica nacional, mas, neste momento, vem, por sua entidade de classe, a Apesp, expor a Vossa Excelência a precariedade das condições de trabalho existentes e solicitar a especial atenção do nobre parlamentar para esse tema que, longe de constituir-se em pleito corporativo, representa verdadeira necessidade institucional para o adequado exercício das responsabilidades constitucionais de cada Procurador de São Paulo.

Ademais e desde já, solicitamos para a próxima legislatura sua atuação em prol da criação de carreira de apoio nos quadros da Procuradoria Geral do Estado, o que muito contribuirá para o aprimoramento das atividades desenvolvidas pela Instituição. “

Apesp no Legislativo

Senado Federal - PLS 218/2010, que trata da obrigatoriedade da manifestação da Advocacia Pública em todos os processos administrativos: após tratativas com entidades da Advocacia Pública, dentre as quais a Apesp, o senador Álvaro Dias (PSDB/PR) se propôs a reformular seu parecer no PLS 218/2010 com o intuito de acolher as sugestões de emendas apresentadas, relativas à responsabilização do procurador parecerista.

Câmara dos Deputados - PL 7.392/10, de autoria do deputado Arnaldo Faria de Sá – institui o Dia da Advocacia Pública: conforme encaminhamento realizado pela APESP junto à liderança do governo, o deputado Luiz Couto (PT-PB) foi designado relator do PL 7392/2010, que cria o Dia Nacional da Advocacia Pública. A sugestão formulada pela APESP para a designação do deputado Luiz Couto se justifica pelo fato de ser um dos mais assíduos da CCJ. Com isso certamente se obterá uma votação mais célere da matéria.

INFORMES PUBLICITÁRIOS

Regina Lacorte Giansesi

Membro associada da Sociedade Brasileira de Psicanálise de São Paulo.

Ofereço atendimento na área de psicoterapia de base psicanalítica para adolescentes e adultos, bem como ludoterapia para crianças. Tal serviço estará disponível aos associados da APESP e seus familiares, com redução de 30% dos honorários habitualmente cobrados.

Os interessados deverão entrar em contato no telefone (11) 3887-0531.

Eliana Cristina Zandoná

Clínica Geral, Estética, Clareamento e Odontopediatria

Rua Maestro Cardim, 354, cj. 81,
Bela Vista, São Paulo.
Fone: (11) 3289-4427
Benefícios: avaliação gratuita,
Tabela de preços /CAASP,
Estacionamento convênio no local.

Gravatas Italianas



Gravatas especiais de impecável qualidade !

Atendimento personalizado (endereço do cliente)

Benefícios: 50% do preço da loja
(de R\$ 160,00 por R\$ 85,00)

Contato: (11) 3213-3086 / 9688-4188 - Luciano Zaidler

E-mail: luciano1818@hotmail.com

A MDS, a terceira maior corretora de seguros do país, em parceria com a APESP, oferece as melhores condições de mercado.



Conheça os seguros com vantagens exclusivas:



seguro
automóvel

- Carro reserva;
- Desconto na renovação;
- Assistência 24 horas (carro e casa);
- Desconto em redes de estacionamento;
- Pet shop e Help desk.



seguro
residência

- Preço especial;
- Assistência residencial;
- Cobertura linha branca;
- Danos elétricos;
- Desentupimento hidráulico.

Os detalhes sobre as coberturas, vantagens, benefícios de cada produto e o plano variam de acordo com a condição contratada do seguro.

Todas as vantagens extensivas aos pais, filhos e cônjuges.

Entre em contato, agende uma visita ou acesse nosso site.
MDS: (11) 3334 7300 – opção 2 do menu Matriz
apesp@mdsbr.com.br / www.mdsbr.com.br



VIAGENS PERSONALIZADAS PARA O ASSOCIADO APESP E AMIGOS
ESPECIALISTA EM VIAGENS INDIVIDUAIS E EM GRUPOS
PACOTES NACIONAIS E INTERNACIONAIS



NÃO PERCA NOSSA PRÓXIMA VIAGEM EM GRUPO :

CRUZEIRO INTERNACIONAL: ITÁLIA, GRÉCIA E TURQUIA
SAÍDA: 05/04/11 – 14 DIAS

INFORMAÇÕES E RESERVAS:

(11) 2503-9386
YARA@COSTAALMEIDA.COM.BR
WWW.COSTAALMEIDA.COM.BR

Visitas monitoradas têm ótima aceitação entre os associados

Destinadas especialmente para os associados aposentados, que compõem mais de 1/3 de do quadro associativo, as visitas monitoradas promovidas pela Apesp têm encontrado ótima aceitação. Durante as recentes visitas à Pinacoteca do Estado e ao Instituto Tomie Ohtake, a reportagem do Jornal do Procurador realizou entrevistas, com o objetivo de conhecer a opinião de alguns participantes.

“Cumprimento a diretoria social e cultural da Apesp pelas visitas monitoradas. A diretora Márcia Zanotti tem promovido ótimas iniciativas culturais” – **Adla Haddad**.

“A iniciativa é fantástica para uma cidade como São Paulo. As visitas monitoradas permitem o conhecimento de um maior detalha-

mento das obras. A visita à Pinacoteca foi ótima, devido à formação da monitora” – **Ana Maria Vieira de Alcântara**.

“É uma iniciativa excelente. É a atividade mais oportuna que a Associação podia fazer em prol dos procuradores aposentados. Eu já conhecia a Pinacoteca, mas hoje foi diferente. Monitorada, a visita toma outro formato” – **Paulo de Mattos Louzada**.

“As visitas monitoradas são muito instrutivas por aprofundarem em detalhes o que normalmente não se observa nas obras. Além disso, reforça o convívio social entre os colegas” – **Lília Batori de Toledo Valle**.

“O interessante é o conagraçamento entre as pessoas que têm a oportunidade de comparecer.

Eu gosto muito de vir a Pinacoteca. Mas ter a presença de um profissional que nos passa as explicações, enriquece muito a experiência” – **Sylvia Maria Quilici Arantes**.

A Apesp dará prosseguimento à iniciativa. **FIQUE ATENTO** à programação em 2011! As visitas realizadas até agora foram: Estação Julio Prestes, Instituto Tomie Ohtake, Fundação Ema Gordon Klabin, Fundação Maria Luísa e Oscar Americano e Pinacoteca do Estado de São Paulo. As imagens podem ser acessadas no site www.apesp.org.br

Galeria

PINACOTECA

Fundada em 1905 com 26 pinturas adquiridas do Museu Paulista, a Pinacoteca do Estado apresenta atualmente um acervo de 8 mil obras de artistas brasileiros. Com instruções de uma professora de artes, os colegas participantes puderam observar obras de diversas fases da pintura brasileira em três salas temáticas do museu.

JAPÃO PARA O MUNDO

Kurosawa é um daqueles raros cineastas que retratam sentimentos universais por meio de realidades regionais. A partir da perspectiva e história japonesas, fala do mundo e para o mundo. O primor e os detalhes dos *storyboards* apresentados na exposição “Kurosawa - criando imagens para cinema” revelam toda a genialidade do diretor japonês, obras de arte que certamente sobreviveriam além das telas de cinema. Os visitantes tiveram a oportunidade de apreciar *storyboards* dos filmes Kagemustra (1980), Ran (1985), Sonhos (1990), Rapsódia em Agosto (1991), Madadayo (1993) – e roteiros – Sob o Olhar do Mar.

PONTO DE EQUILÍBRIO

A exposição “Ponto de Equilíbrio” apresentou artistas plásticos brasileiros concretistas e neo-concretistas, surpreendendo os visitantes com obras contextualizadas em pontos de confluência entre os dois estilos. Com curadoria de Agnaldo Farias e Jacobo Crivelli Visconti, a mostra integra o Pólo Cultural, movimento afinado com a Fundação Bienal de São Paulo



“Outubro/ 2010: Grupo de associados no foyer da Pinacoteca”



Sylvia Maria Quilici Arantes em visita à Pinacoteca



Da esq. para a dir. – Ana Maria Vieira de Alcântara, Lília Batori de Toledo Valle e Adla Haddad.



Paulo Louzada e sua esposa Sônia Louzada – assíduos participantes.



Novembro/2010: Instituto Tomie Ohtake recepciona novamente uma visita monitorada, com as exposições “Kurosawa - criando imagens para cinema” e “Ponto de Equilíbrio”.

aconteceu aconteceu
aconteceu aconteceu
aconteceu aconteceu
aconteceu aconteceu
aconteceu aconteceu

O PROCURADOR (EDIÇÃO N. 3 – DEZEMBRO/JANEIRO 2003) Cinco minutos para cada processo

Esse é o tempo que um procurador pode dispensar a cada ação. O resultado do excesso de trabalho é insatisfação e desânimo com a carreira.

A reestruturação da Procuradoria Fiscal, iniciada em 1999 e ainda em curso, deve entrar 2003 em nova e decisiva etapa, a da informatização. Na verdade, de acordo com a procuradora chefe, Eliana Maria Barbieri Bertachini, a chegada dos equipamentos, que permitirá a interligação de dados com a Secretaria da Fazenda, era esperada para outubro, mas a expectativa é de que um novo prazo, de aproximadamente três meses, seja finalmente respeitado. A informatização

representa o segundo pilar das mudanças (o primeiro foi a efetivação do departamento administrativo de Expediente Unificado). O processo de reestruturação, porém, divide opiniões entre os procuradores, sobrecarregados pelo excesso de trabalho.





POUSADA Cantinho d'Abrantes

Localizada no sul de Ilhabela, a poucos metros da Praia do Veloso, a Cantinho d'Abrantes tem suítes confortáveis com visão panorâmica para o mar, todas equipadas com ar-condicionado, frigobar, ventilador de teto, TV e DVD. Cercada pelo frescor da Mata Atlântica, a pousada conta com uma desfrutável área de lazer com piscina, cercada por decks/espreguiadeiras, quiosque com churrasqueira e um amplo jardim. Outra comodidade é a localização, já que é possível ir a pé para a Praia do Veloso e também a Praia do Curral. Avenida José Pacheco do Nascimento, 9.034 – Veloso – Ilhabela / Tel: (12)3894-1780 / 7850-5941 / www.cantinhodabrantes.com.br / contato@cantinhodabrantes.com.br

Outros telefones: (11) 7855-9600 – (11) 7715-1093 – (11) 3105-6720.
Aceitamos os cartões VISA e MASTERCARD.

A união faz a força.



Com a parceria APESP Qualicorp, esse ditado faz todo o sentido.

Em parceria com a APESP, a Qualicorp reuniu os Procuradores do Estado de São Paulo para oferecer os melhores planos de saúde coletivos por adesão, em condições supervantajosas. E fez o mesmo com mais de 130 entidades de classe em todo o país. A idéia deu certo. E mais de 700 mil pessoas já se beneficiaram. **Agora é a sua vez.**

Ligue
0800-777-4004
www.qualicorp.com.br

SulAmérica
associada ao **ING**

Unimed 
Paulistana

A comercialização de Unimed Paulistana respeita sua área de abrangência.


APESP

 **Qualicorp**
soluções em saúde

Qualicorp. Líder em planos de saúde coletivos por adesão.